



O que são SLAPP?

São ações judiciais estratégicas contra a participação pública (*Strategic Lawsuit Against Public Participation*) manifestamente infundadas e abusivas, cujo objetivo é impedir, restringir ou punir a participação pública.

Que alegações são apresentadas nas SLAPP?

As alegações respeitam a qualquer área do interesse público, e podem assumir a forma de um vasto leque de abusos jurídicos, principalmente em matéria civil ou penal, mas também em matéria de direito administrativo.

As mais comuns referem-se à difamação, mas podem estar relacionadas com violações de outras regras ou direitos (por exemplo, proteção de dados, proteção da privacidade e da propriedade intelectual).

Por que razão são as SLAPP prejudiciais?

As SLAPP constituem um abuso dos processos judiciais (ou a ameaça de instaurar tais processos), prejudicando os valores democráticos e o exercício de direitos fundamentais, em particular as liberdades de expressão, de informação e dos meios de comunicação social. Muitas vezes implicam um desequilíbrio de poder entre as partes (o demandante tem, por exemplo, maior poder financeiro ou político que o demandado) pelo que, a capacidade de silenciar a outra parte através de táticas de litigância que ampliam a carga psicológica e económica de processos morosos é mais acentuada.

Quais são os alvos e os demandantes das SLAPP?

Os alvos incluem:

- jornalistas e meios de comunicação social independentes
- académicos
- sociedade civil
- defensores dos direitos humanos
- ONG (Organizações Não Governamentais)

Os demandantes incluem:

- empresas
- indivíduos ricos
- grupos de pressão
- organismos governamentais



Por que razão são as SLAPP particularmente prejudiciais para jornalistas e defensores de direitos humanos?

Porque provocam:

- impacto adverso na sua credibilidade e reputação
- extenuação dos seus recursos financeiros e outros
- efeito dissuasor do seu direito de investigar e de informar sobre questões de interesse público

Em consequência das SLAPP, a publicação de informações sobre uma questão de interesse público pode ser adiada ou totalmente impedida e, eventualmente, contribuir para a autocensura em antecipação de possíveis processos judiciais futuros.

O que é a Recomendação da Comissão Europeia sobre SLAPP?

A [Recomendação da Comissão \(UE\) 2022/758 de 27 de abril](#) fornece orientações aos Estados-Membros (EM) para que tomem medidas eficazes, adequadas e proporcionadas para dar resposta às SLAPP nacionais, assegurando a proteção dos jornalistas e dos defensores dos direitos humanos. Esta Recomendação complementa uma [proposta de diretiva](#) (atualmente em negociação) destinada a proteger as pessoas envolvidas em processos judiciais infundados ou abusivos contra a participação pública, com dimensão transfronteiriça.

Como identificar uma SLAPP?

A identificação de uma SLAPP socorre-se de indícios como por exemplo:

- carácter desproporcionado, excessivo ou irrazoável da ação ou parte da mesma
- existência de várias ações intentadas pelo demandante em relação a questões semelhantes
- intimidação, assédio ou ameaças por parte do demandante ou dos seus representantes antes do início de um processo judicial infundado ou abusivo

Quais são as principais orientações da Recomendação sobre SLAPP?

- **Quadros jurídicos nos EM para lidar com as SLAPP domésticas** com garantias semelhantes às existentes a nível da União, incluindo, e por exemplo, assegurar que as regras dos EM aplicáveis à difamação não tenham um impacto injustificado na liberdade de expressão, na existência de um ambiente mediático aberto, livre e plural e na participação pública
- **Formação disponível para profissionais** do direito, jornalistas, outros profissionais da comunicação social e defensores dos direitos humanos para melhorar os seus conhecimentos e competências para lidar eficazmente com as SLAPP
- **Campanhas de sensibilização e informação** para que os jornalistas e defensores dos direitos humanos reconheçam quando enfrentam uma SLAPP
- **Acesso a apoio individual e independente** para os alvos de SLAPP, tais como sociedades de advogados que defendem *pro bono* alvos de SLAPP ou ONG, incluindo um ponto focal nacional que reúne e partilha informações sobre todas as organizações que fornecem orientação e apoio aos alvos de SLAPP
- **Dados agregados recolhidos a nível nacional sobre SLAPP** a comunicar anualmente à Comissão a partir de 2023